

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2022

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO (CRESS/SC), pessoa jurídica de direito público constituída sob a forma de autarquia corporativa, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 76.757.099/0001-99, estabelecida na Rua dos Ilhéus, 38, Ed. Aplub, Conjunto 1004/1005/1006, Centro, CEP 88101-560, Florianópolis/SC, por meio de sua Conselheira Presidente, a Assistente Social Cheyenne Vieira Marques, torna público para conhecimento de todos os interessados, que na data, horários e local indicados neste edital, será realizada licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço, para **contratação de empresa especializada na operacionalização de planos de saúde empresarial**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste Edital e seus anexos, que será processando nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto 10.024/2019, que regulamenta a modalidade Pregão na forma Eletrônica, à Lei Complementar nº 123/2006, e, no que couber, à Lei nº 8.666/1993.

O início de acolhimento das propostas ocorrerá às 11h00 do dia 06/04/2023
O limite para envio das propostas comerciais será até 11h00 do dia 20/04/2023
A abertura das propostas ocorrerá às 11h00 do dia 20/04/2023
O início da sessão de disputa de preços ocorrerá às 14h00 do dia 20/04/2023;

Para fins de cumprimento dos prazos previstos neste edital, servirá de referência o horário de Brasília-DF;

Edital gratuito disponível no sítio eletrônico do CRESS-12ª Região ou via Internet através do sistema Licitações-e:

<https://cress-sc.implanta.net.br/portaltransparencia>

<https://www.licitacoes-e.com.br/> - Código Licitação: 995992

1. DO OBJETO

Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada na operacionalização de planos de saúde empresarial, para prestação de serviço de assistência médica com cobertura no Estado de Santa Catarina, destinado a atender os trabalhadores pertencentes ao CRESS 12ª Região, com a possibilidade de inclusão de seus dependentes devidamente especificados no Anexo II deste Edital, e/ou a critério do respectivo titular, englobando assistência médica, ambulatorial e hospitalar, serviços de obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares, sem cobrança de valores de coparticipação e sem carência, com atendimento por meio de rede própria e/ou credenciada de médicos, clínicas, laboratórios, hospitais e outros estabelecimentos especializados, nos moldes das demais especificações previstas neste Edital, no Termo de Referências e demais anexos que o acompanham, nos termos da Lei n. 9.656/98.

1.1. A cobertura do objeto contratado deverá incluir o reembolso segundo a tabela de referência da contratada vigente à época, onde não houver rede própria de atendimento.

1.2. A empresa proponente deverá ter, no mínimo, um hospital credenciado em cada uma das regiões do Estado de Santa Catarina.

- 1.3. O objeto contratado deverá atender todas as especificações contidas no Anexo I deste Edital.
- 1.4. Trata-se de licitação cujo julgamento terá por critério o MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL.
- 1.5. Os preços serão considerados POR FAIXA ETÁRIA, conforme quadro Anexo, parte integrante do presente Edital (Anexo II).
- 1.6. Considerando a pré-existência de plano de saúde que abrange os funcionários/as e seus dependentes, é condição objetiva do objeto a migração de plano de saúde sem exigência de prazo de carência para todos os atendimentos.
- 1.7. São partes integrantes do presente Edital, além dos respectivos anexos, o Projeto Básico e a Minuta de Contrato, estando a proponente vinculada a todos os referidos termos.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

- 2.1. Poderão participar da presente licitação as empresas interessadas com ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, que atenderem a todas as exigências do edital, inclusive quanto à documentação exigida, e estejam previamente credenciadas perante o sistema Licitações-e do Banco do Brasil S.A.
- 2.2. Não serão admitidas nesta licitação a participação de empresas suspensas de participar de licitação e/ou impedido de contratar com a administração pública, no prazo e condições do impedimento, bem como aquelas declaradas inidôneas.
- 2.3. Não será permitida a participação de pessoas físicas.
- 2.4. Não será permitida a participação de empresas consorciadas.
- 2.5. Não será permitida a participação de empresas sob processo de falência ou concordata, em recuperação judicial com concurso de credores, em dissolução, em liquidação, e empresas controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
- 2.6. Não serão permitidas de participar da presente licitação empresas nas quais algum sócio ou diretor tenha parentesco de até 3º grau com empregado/trabalhador do CRESS, que atue na área de licitações e/ou na área de gestão do contrato firmado, bem como com Diretores, Conselheiros do CRESS ou autoridade de ente público ao qual este órgão licitador esteja vinculado; e
- 2.7. Não será permitida a participação de empresa que possua em seu quadro de pessoal menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz desde que acima de quatorze anos, ou possua menores de dezoito anos em atividades noturnas, insalubres e/ou perigosas, conforme art. 7º, inc. XXXIII, da CF/88.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E

- 3.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão ser credenciados previamente perante o provedor do sistema Banco do Brasil S/A, para a geração de chave de identificação e senha de acesso. A senha não é a da empresa licitante, ela é de responsabilidade da pessoa física que representa a empresa, sendo, portanto, pessoal e intransferível, devendo ser mantida sob sigilo absoluto.
- 3.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no aplicativo “Licitações”.

3.3 Em sendo o representante sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado), a Proponente deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.4 Para o credenciamento, os interessados deverão dirigir-se a qualquer agência do Banco do Brasil S.A. sediada no país, para que façam sua adesão ao aplicativo “Licitações”.

3.5 Para a Proponente correntista do Banco do Brasil S/A, é necessário:

- a) Fornecer cópia do contrato social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios;
- b) Firmar “Termo de Adesão ao Regulamento”;
- c) Nomear representante (pessoa física), que será reconhecido como legítimo para realizar negócios em seu nome e sob sua responsabilidade (“Termo de Nomeação de Representante”). O representante também será registrado no sistema. Assim, caso ele não seja correntista do banco, deverá fornecer cópia de identidade, CPF e comprovante de residência.

3.6 O aplicativo “Licitações” pode ser acessado através do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

3.7 O “Termo de Adesão ao Regulamento” e o “Termo de Nomeação de Representante” podem ser obtidos na página do aplicativo “Licitações” na Internet, opção “Solicitação de Credenciamento” no “Licitações-e”, ou fornecidos pelas agências do banco.

3.8 Para possibilitar maior segurança aos participantes, o credenciamento não é feito através da Internet. Ao preencher o formulário, a Proponente estará fazendo apenas um pré-cadastramento, que será enviado à agência por ele escolhida para posterior efetivação.

3.9 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de estar sob a penalidade.

3.10 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

3.11 O uso da senha de acesso pela Proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRESS responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.12 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da Proponente ou seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.13 Em caso de dúvidas relativas ao sistema “licitações-e”, o interessado deverá entrar em contato com o BANCO DO BRASIL, através dos telefones 4004-0001 para os municípios localizados nas capitais e regiões metropolitanas e 0800-729-0001 para as demais localidades.

4. DO ACESSO AO SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO

4.1 A participação neste pregão eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado da Proponente e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.2 A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”.

4.3 O encaminhamento de proposta implica o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

4.4 A Proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.5 Incumbirá à Proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 A licitante deverá encaminhar sua proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horários marcados para abertura da sessão, contendo as especificações do objeto licitado, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2 Antes de cadastrar a proposta, a proponente deverá obrigatoriamente selecionar o campo “*Validade de Proposta Registrada*” disponibilizado no sistema eletrônico, declarando que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, manifestando ainda pleno conhecimento e aceitação a todas as regras do certame.

5.3 O licitante deverá preencher, em campo apropriado do SISTEMA ELETRÔNICO o “*Valor Total do Lote R\$*”, informar o preço total relativo ao lote para o qual está enviando a proposta. E o valor deverá ser expresso em Reais (R\$), com 02 (duas) casas decimais.

5.3.1 No que pese a disputa seja realizada pelo valor global do lote, o licitante deverá considerar em seus preços o valor unitário por faixa etária, conforme modelo de proposta anexo.

5.4 Até a abertura do certame, o proponente poderá substituir e desistir de sua proposta. Após a abertura da sessão, não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente.

5.5 O preço inicial proposto, bem como aqueles ofertados na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6 O prazo de validade das propostas apresentadas nesta licitação será, automaticamente, de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para a abertura das propostas, o qual, se necessário, poderá ser prorrogado mediante concordância das licitantes.

5.7 A proposta comercial cadastrada junto ao sistema Licitações-e não poderá ser identificada, sob pena de violação do sigilo de preços e desclassificação do certame.

5.8 Nos valores propostos deverão ser considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto.

5.9 Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou em face de sua desconexão.

5.10 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.11 A apresentação da proposta implicará plena aceitação das condições e termos previstos no presente edital de licitação.

6. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

6.1 Aberto o certame, o pregoeiro efetuará a análise de aceitabilidade das propostas apresentadas, verificando a adequação e compatibilidade, com posterior divulgação das propostas de preços recebidas com a ordem de classificação, momento em que estará aberta a etapa competitiva.

6.2 Aberta a etapa competitiva, será considerada como primeiro lance a proposta inicial de menor valor apresentado.

6.3 As proponentes deverão estar conectadas ao sistema para participarem da etapa de lances, devendo encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.4 As Proponentes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, não sendo aceitos aqueles que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital.

6.5 A cada lance ofertado, a Proponente será imediatamente informada de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.6 Os lances deverão se referir ao VALOR GLOBAL, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.

6.7 Só serão aceitos lances inferiores ao último lance anteriormente registrado no sistema pelo próprio proponente.

6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.9 Durante o transcurso da sessão pública, as Proponentes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

6.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

6.11 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica no site divulgando data e hora da reabertura da sessão.

6.12 O tempo normal da disputa de lances da sessão pública será encerrado após o período mínimo estabelecido, uma vez observada a descontinuidade da oferta de lances. O sistema eletrônico encaminhará então aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo qual será automaticamente encerrada a recepção de lances. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

6.13 Encerrada a etapa de lances, será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o exercício do direito de preferência, nos seguintes termos:

a) Quando houver o empate ficto, entendido como situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

c) A apresentação de proposta inferior àquela considerada vencedora da fase de lances pela microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ocorrer no prazo máximo de 5

(cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do pregoeiro, através do sistema, sob pena de preclusão;

d) O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por empresa enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

e) Na hipótese da desistência ao exercício do direito de preferência ou da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

6.14 Quando houver uma única Proponente ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

6.15 Encerrada a fase de recebimento de lances, compete ao Pregoeiro avaliar a aceitabilidade dos preços apresentados, verificando a perfeita consonância com as especificações e condições do edital, podendo encaminhar contraproposta diretamente à Proponente que tenha apresentado o lance de menor valor aceitável, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

6.16 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.17 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a Proponente desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as propostas ou os lances subsequentes, observando o direito ao exercício de preferência à microempresa ou empresa de pequeno porte, verificando a aceitabilidade da proposta e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este edital. Nesta hipótese, o Pregoeiro poderá negociar com a Proponente para que seja obtido preço melhor.

6.18 O CRESS-SC poderá realizar ou propor diligências para aferir a exequibilidade da proposta, ou ainda, para ajustar a proposta apresentada pelo licitante melhor classificado, com vistas a atender plenamente ao orçamento estimado pelo CRESS-SC, compreendendo, para tanto, a readequação dos valores unitários que deverão ser contemplados iguais ou inferiores aos estimados, respeitando sempre o valor global ofertado na etapa de negociação.

6.19 Em ocorrendo a aceitabilidade dos preços apresentados pela Proponente detentora da melhor oferta e a apuração do atendimento das condições habilitatórias pelo Pregoeiro, esse declarará vencedora do certame, ocasião em que o “chat de mensagens” restará aberto para a manifestação da interposição de recurso.

6.20 A falta de manifestação motivada da Proponente na sessão implicará a decadência do direito de recurso.

6.21 A manifestação da intenção de interpor recurso deverá ser feita durante o prazo de 15 (quinze) minutos em que o “chat de mensagens” fica aberto para o envio de mensagens, com registro em ata da síntese das suas razões.

6.22 O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

6.23 Não serão aceitos recursos sem a síntese de suas razões ou recursos meramente protelatórios.

6.24 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.25 A ata da sessão pública com a classificação das propostas e/ou lances apresentados poderá ser adquirida junto ao CRESS-SC mediante solicitação.

6.26 A homologação será divulgada na página do CRESS no sítio eletrônico cress-sc.implanta.net.br/portaltransparencia.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 O Critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste edital.

7.2 Serão desclassificadas as propostas que não obedecerem às condições estabelecidas no edital.

7.3 O pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 Proponente detentora da melhor oferta do lote deverá encaminhar para o e-mail licitacao@cress-sc.org.br, no prazo máximo de 02 (duas) horas, salvo justificativa prévia aceita pelo CRESS-SC, a partir do final da realização da sessão do Pregão Eletrônico ou àquele que o Pregoeiro determinar, os seguintes documentos:

a) A Documentação necessária para Habilitação – relacionada no Anexo IV do presente edital e;

b) A Proposta Comercial, especificando o valor do lote arrematado, deverá ser preenchida de acordo com o modelo de proposta que acompanha o presente edital, sob pena de desclassificação.

8.2 Os documentos de habilitação poderão ser encaminhados pela licitante vencedora de forma eletrônica, desde que autenticados digitalmente. Diante da impossibilidade da autenticação digital, deverá ocorrer o envio dos documentos de forma eletrônica no prazo de até 02 (duas) horas após o encerramento da etapa de lances e declaração de vencedor, e, posteriormente, deverá ocorrer o encaminhamento dos documentos físicos originais e ou autenticados, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da solicitação do pregoeiro, sob pena de decair ao direito a contratação, bem como na incidência das disposições constantes do item 8.7.

8.3 É de inteira responsabilidade da licitante o cumprimento do prazo de entrega da documentação, inclusive via correios.

8.4 Se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá conforme a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.5 Os documentos de habilitação encontram-se elencados no Anexo IV deste edital e somente serão aceitos nas formas indicadas nos itens 8.1 e 8.2 deste edital, independentemente de qualquer instrução neles contida acerca da forma e validade.

8.6 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome da Proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando-se ainda o que segue:

a) Se a Proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

b) Se a Proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7 A licitante que deixar de entregar os documentos de habilitação e a proposta de preços no prazo estabelecido neste edital, ou apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, lance ou oferta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará

impedida de licitar e contratar com esta Autarquia, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da multa no percentual de 5% do valor total estimado para a contratação.

9. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

9.1. Até dois dias úteis antes da data limite para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão ou solicitar esclarecimentos, mediante petição endereçada ao Pregoeiro, a ser enviada para o endereço eletrônico licitacao@cress-sc.org.br.

9.2. Declarada vencedora, a Proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões em 15 (quinze) minutos, sendo-lhe facultado juntar as razões recursais no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Quanto aos demais interessados, ficam, desde já, intimados a apresentar contrarrazões recursais em igual prazo, que se iniciará do dia útil subsequente ao término do prazo recursal.

9.3. Não serão aceitas impugnações, pedidos de esclarecimentos e recursos apresentados fora dos prazos fixados acima.

9.4. As respostas serão disponibilizadas através do sítio eletrônico do CRESS-SC.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

10.1 Em não havendo intenção de recurso durante a sessão pública do pregão, o Pregoeiro procederá para a fase homologatória do certame e adjudicatória do objeto licitado em favor do licitante vencedor.

10.2 Caso haja intenção de recurso, os interessados deverão apresentá-lo ao Pregoeiro através do e-mail licitacao@cress-sc.org.br, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do dia subsequente ao da declaração do vencedor no sistema eletrônico, ficando os demais Proponentes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões recursais em igual prazo.

10.3 Nessa hipótese, o Pregoeiro decidirá sobre os recursos e encaminhará o processo a Conselheira Presidente do CRESS-SC para a devida homologação do procedimento e adjudicação do objeto em favor do licitante vencedor.

10.4 O resultado final será divulgado na página do CRESS-SC no sítio eletrônico www.cress-sc.org.br.

11. ASSINATURA DO CONTRATO

11.1 Após homologado o procedimento licitatório e adjudicado o objeto em favor do vencedor do presente Pregão, a Proponente vencedora será convocada a comparecer junto ao CRESS-SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis para firmar o contrato de prestação de serviços, cuja minuta com as disposições que disciplinarão a relação a ser estabelecida entre o presente órgão licitador e a proponente vencedora é parte integrante do presente edital.

11.2 A convocação será feita por meio de endereço eletrônico (e-mail) informado pela Proponente vencedora.

11.3 A Proponente vencedora que, convocada para assinar o contrato, não o fizer no prazo estipulado no item 11.1, sem qualquer justificativa aceita pelo CRESS-SC decairá do direito à

contratação e ficará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado para a contratação e suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CRESS-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos, assim como a indenização por perdas e danos à Administração Pública do CRESS-SC e demais cominações legais pertinentes.

11.4 No caso do disposto no item 11.3, será convocada outra Proponente, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, observado ainda o disposto nos itens 6.17 e 8.4 deste instrumento convocatório.

11.5 O referido Contrato terá a duração de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que mantidos os preços e condições que exprimem a vantajosidade para a Administração Pública do CRESS-SC, nos termos da Lei.

9.1. A contratada responsabilizar-se-á exclusivamente por todos e quaisquer encargos fiscais incidentes ou decorrentes do objeto deste certame, respondendo também exclusivamente, por todo e qualquer pagamento decorrente de relação empregatícia com seus empregados/cooperados/credenciados que executarão os serviços contratados, inclusive todos e quaisquer salários, remunerações, vantagens, verbas rescisórias e demais encargos, inclusive sociais e previdenciários, afastada qualquer hipótese de vínculo empregatício entre os empregados da contratada e o contratante.

12. DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE

12.1 O CRESS-SC se reserva ao direito de exercer a mais ampla fiscalização dos serviços contratados, fiscalização essa que, em nenhuma hipótese eximirá a contratada das responsabilidades contratuais e legais bem como de eventuais danos materiais ou morais que venham a ser causados, seja por atos ou omissões, de seus funcionários ou prepostos.

12.2 Caso julgue necessário, O CRESS-SC poderá acompanhar a execução dos serviços de acordo com o Contrato, podendo recusar qualquer serviço ou condição fornecida em desacordo com as especificações mínimas estabelecidas neste edital e seus anexos.

12.3 A contratada responsabilizar-se-á pela totalidade dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes dos compromissos assumidos.

13. DA COMPATIBILIDADE DA LICITAÇÃO COM OS RECURSOS DO CRESS-SC

13.1. O CRESS-SC não possui PPA e LDO, uma vez que os mesmos são instrumentos legislativos que fogem à sua competência normativa. Contudo, visando garantir segurança jurídica à contratada, seguem as seguintes informações:

I. Demonstração da arrecadação:

- a) 2020 – R\$ 1.936.165,53;
- b) 2021 – R\$ 2.219.294,85;
- c) 2022 – R\$ 2.509.439,78.


II. Projeção de arrecadação:

- a) R\$ 3.819.670,93

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. O CRESS-SC se reserva ao direito de aumentar ou diminuir os serviços contratados nos locais objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com a Lei.
- 14.2. O CRESS-SC se reserva ao direito de revogar ou anular a presente licitação, nos casos previstos em lei, ou ainda no caso de conveniência administrativa, garantidos a preservação do interesse e cofres públicos.
- 14.3. Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo Pregoeiro em conjunto com a equipe de apoio e assessoria jurídica.
- 14.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CRESS-SC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.5. Fica eleito o foro federal de Florianópolis-SC, com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões referentes a presente licitação.
- 14.6. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 14.7. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame licitatório.
- 14.8. Para que não haja prejuízo ao exercício de direitos e ao cumprimento de obrigações pertinentes ao certame licitatório, os licitantes deverão observar e acessar o sistema Licitações-e nos horários definidos pelo Pregoeiro.
- 14.9. A Proponente vencedora tem pleno conhecimento de todos os itens e anexos expressos no respectivo processo, a eles se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto à obrigatoriedade de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 14.10. As mensagens inseridas pelo Pregoeiro após o encerramento da disputa estarão disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br, no link do presente edital, nas opções: **consultar lotes>chat de mensagens** ou **consultar detalhes**.
- 14.11. Em cumprimento à LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/18, a Proponente Vencedora deverá comprometer-se a manter sigilo das informações e dados pessoais que venha a ter acesso ou conhecimento, direta ou indiretamente, através da prestação dos serviços objeto do presente edital, especialmente em relação a dados sensíveis e informações relacionadas com o CRESS-SC, em hipóteses alguma podendo se utilizar de tais dados em benefício próprio nem as divulgar, sob pena de rescisão do Contrato, não eximindo a Proponente das punições previstas em lei.

Florianópolis-SC, 5 de abril de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **CHEYENNE VIEIRA MARQUES**
Data: 05/04/2023 14:12:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cheyenne Vieira Marques
Assistente Social nº 4060/CRESS 12ª Região
Conselheira Presidente

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1 OBJETO:

Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada na operacionalização de planos de saúde empresarial, para prestação de serviço de assistência médica com cobertura no Estado de Santa Catarina, destinado a atender os trabalhadores pertencentes ao CRESS 12ª Região, com a possibilidade de inclusão de seus dependentes devidamente especificados no Anexo II deste Edital, e/ou a critério do respectivo titular, englobando assistência médica, ambulatorial e hospitalar, serviços de obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares, sem cobrança de valores de coparticipação e sem carência, com atendimento por meio de rede própria e/ou credenciada de médicos, clínicas, laboratórios, hospitais e outros estabelecimentos especializados, nos moldes das demais especificações previstas neste Edital, no Termo de Referências e demais anexos que o acompanham, nos termos da Lei n. 9.656/98.

2 COBERTURA:

2.1 A Proponente Vencedora dará COBERTURA TOTAL das despesas médico-hospitalares em caráter eletivo, internação ou emergência, sendo vedada a cobrança de qualquer valor do beneficiário do Plano de Saúde licitado, bem como a exigência de carência.

3 BENEFICIÁRIOS:

3.1 São beneficiários do Plano de Saúde licitado, os Titulares e seus Dependentes e/ou Agregados.

3.2 São beneficiários na qualidade de Titulares, os funcionários ativos do Conselho licitante.

3.3 São beneficiários na qualidade de Dependentes, os filhos dos beneficiários Titulares, até os 18 (dezoito) anos de idade.

3.4 São beneficiários Agregados, aqueles cuja inclusão no Plano de Saúde seja requerida e custeada pelo beneficiário Titular, mediante desconto no seu salário dos valores correspondentes, desde que comprovadamente mantenha com o Titular uma das seguintes relações:

- a) cônjuge ou companheiro(a) em união estável;
- b) os filhos, enteados, sob a guarda ou tutela do Titular, maior de 18 (dezoito) anos e menor de 21 (vinte e um) anos e os incapacitados para o trabalho, inválidos ou interditados por alienação mental, sem limite de idade, devidamente comprovado por junta médica oficial, enquanto durar a invalidez;
- c) os filhos, enteados, sob guarda, tutela do Titular, entre 21 (vinte e um) anos e 24 (vinte e quatro) anos, dependentes economicamente do Titular e estudantes de curso superior regular reconhecido pelo Ministério da Educação;
- d) o pai ou padrasto, a mãe ou madrasta, dependentes economicamente do servidor Titular, conforme sua declaração e que constem no assentamento funcional.

4 CARÊNCIAS:

4.1 Ficam isentas de quaisquer carências os beneficiários constantes da relação atual de beneficiários.

4.2 A inscrição de novos beneficiários (recém-admitidos, recém-casados, recém-nascidos, etc) terá carência reduzida conforme se segue:

Carências	Urgências e Emergências	Consultas e Exames (Análises Clínicas)	Internações Clínicas, Cirurgias e Exames Especiais	Parto a termo	Doenças Pré-existent
Reduzidas	24 horas após a inscrição	10 (dez) dias após o início da inscrição	30 (trinta) após o início da inscrição (*)	300 (trezentos) dias após o início da inscrição	24 (vinte e quatro) meses

(*) Exceto para os eventos a seguir, que continuam com 180 (cento e oitenta) dias de carência: cirurgia cardíaca, neurológica, vascular e cirurgia refrativa (conforme legislação); diálise, doenças infecto contagiosas; oncologia, oxigenoterapia hiper bariátrica; próteses e órteses ligadas ao ato cirúrgico coberto; internação psiquiátrica; psicoterapia de crise; transplantes de rins e córneas.

4.3 Atualmente o número de vidas a serem beneficiárias com os serviços ora licitados é o constante no Anexo II, que contém igualmente a distribuição dos beneficiários por categoria (Titular, Dependente) e faixa etária.

4.4 Identificação dos beneficiários:

- Os beneficiários (Titulares, Dependentes) receberão gratuitamente carteira de identificação personalizada a ser fornecida pela Contratada que será usada exclusivamente quando da utilização dos serviços cobertos pelo Plano de Saúde;
- Em caso de extravio da carteira de identificação, roubo, furto, incêndio ou enchente, devidamente comprovados por ocorrência policial, o custo da emissão de nova carteira será assumido integralmente pelo beneficiário Titular, inclusive no caso de seus Dependentes.
- A carteira de identificação deverá ser devolvida pelo beneficiário quando da sua exclusão do Plano.
- Quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação durante o período em que permanecer cadastrado no Plano e após a vigência de sua exclusão do Plano serão única e exclusivamente de responsabilidade do beneficiário.

4.5 Exclusão do beneficiário:

- Os Titulares serão excluídos do Plano de Saúde nos casos de falecimento, demissão, aposentadoria ou quando solicitado pelo Titular.
- Os Dependentes serão excluídos do Plano de Saúde nos caso de falecimento, quando o Titular ao qual estiver vinculado for excluído, quando não mais se enquadrar nas condições previstas para Dependentes (filhos até 18 anos) ou quando solicitado pelo Titular.
- O Titular responderá pela sua omissão no caso de quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação durante o período em que ele ou seus

Dependentes / Agregados permanecerem cadastrados no Plano de Saúde e após a vigência de sua exclusão do Plano, o qual deverá efetuar o ressarcimento diretamente à Contratada.

5 DOS SERVIÇOS:

5.1 SEGMENTAÇÃO AMBULATORIAL – A cobertura deste item compreende os atendimentos realizados em consultório ou ambulatório, definidos e listados no rol de procedimentos constantes na RN 82/04 (e posteriores alterações) observadas as seguintes abrangências:

a) Cobertura de Consultas Médicas – Garante as despesas efetuadas com a realização de consultas médicas, inclusive obstétricas para pré-natal.

a.1. Como consulta médica entende-se o encontro do profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina com o paciente não internado, para fins de assistência e tratamento médico, consistindo de exame clínico, interpretação de exames complementares para diagnóstico e prescrição terapêutica;

a.2. Os retornos da primeira consulta para acompanhamento, avaliação de exames complementares e prescrição terapêutica não serão considerados como nova consulta e, conseqüentemente, não gerarão honorários;

a.3. Não haverá limite de consultas por usuário.

b) Cobertura de exames complementares– Garante as despesas efetuadas com exames complementares realizados fora do regime de internação hospitalar.

c) Cobertura de procedimentos ambulatoriais– Garante as despesas efetuadas com a realização de pequenas cirurgias e/ou tratamentos ambulatoriais, mesmo que em ambiente hospitalar, desde que não se caracterizem como internação, conforme definição no rol de procedimentos da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

d) Cobertura de procedimentos ambulatoriais especiais– Garante as despesas efetuadas com a realização dos seguintes procedimentos ambulatoriais, considerados especiais.

- a.1. Hemodiálise e Diálise Peritoneal - CAPD;
- a.2. Quimioterapia Ambulatorial;
- a.3. Radioterapia (megavoltagem, cobaltoterapia, cesioterapia, eletroterapia etc.);
- a.4. Hemoterapia Ambulatorial e
- a.5. Cirurgias oftalmológicas ambulatoriais.

e) Cobertura de atendimento psiquiátrico ambulatorial - Garante o tratamento ambulatorial de todos os transtornos psiquiátricos codificados na classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde 10ª revisão (CID - 10), sendo cobertos os seguintes atendimentos:

- a.1. tratamento básico, entendendo-se como tal, aquele que prestado por médico, com número ilimitado de consultas;
- a.2. cobertura de serviços de apoio diagnóstico, tratamento e demais procedimentos ambulatoriais, solicitados pelo médico assistente;
- a.3. atendimento às emergências, assim consideradas as situações que impliquem em risco de morte ou de danos físicos para o próprio ou para terceiros, incluídas as

ameaças e tentativas de suicídio e auto-agressão e/ou em risco de danos morais e patrimoniais importantes; e ,
a.4. psicoterapia de crise entendendo-se como tal, o atendimento intensivo prestado por um ou mais profissionais da área da saúde mental, com duração máxima de 12 semanas, tendo início imediatamente, atendimento de emergência e sendo limitadas a 12 sessões por ano/usuário.

6 SEGMENTAÇÃO HOSPITALAR:

A cobertura deste item garante os atendimentos e despesas médicas e/ou hospitalares a seguir elencados:

a) Cobertura de internação—Garante as despesas médicas e/ou hospitalares efetuadas com internamentos para fins clínicos ou cirúrgicos que necessitem de ambiente hospitalar. Serão cobertas as despesas decorrentes de:

- a.1. diárias de internação na acomodação prevista nas condições particulares;
- a.2. diárias de unidade de terapia intensiva - UTI - e unidade de isolamento ou similares;
- a.3. honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação;
- a.4. exames complementares indispensáveis para o controle de evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões de quimioterapia/radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internamento hospitalar;
- a.5. toda e qualquer taxa, incluindo materiais utilizados; e,
- a.6. acomodação e alimentação padrão fornecida pelo hospital para um único acompanhante, desde que o paciente seja menor de 18 anos ou maior de 60 anos.

b) Cobertura de procedimentos especiais durante a internação— Garante as despesas médicas e/ou hospitalares realizadas durante o período de internação com os seguintes procedimentos, considerados especiais:

- a.1. Hemodiálise e diálise peritoneal - CAPD;
- a.2. Quimioterapia;
- a.3. Radioterapia;
- a.4. Hemoterapia;
- a.5. Nutrição enteral e parenteral;
- a.6. Procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica;
- a.7. Embolizações e radiologia intervencionista;
- a.8. Exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos;
- a.9. Fisioterapia;
- a.10. Transplantes de rins e córnea, bem como despesas com procedimentos vinculados, entendendo-se como tal, todas aquelas necessárias à realização do transplante, incluindo: Despesas assistenciais com doadores vivos; Medicamentos utilizados durante a internação; Acompanhamento clínico no pós-operatório imediato e tardio, exceto medicação e manutenção; Despesas com captação, transporte e preservação do órgão na FA de ressarcimento ao SUS.

Obs.: o candidato a transplante de órgão proveniente de doador cadáver, conforme legislação específica, deverá obrigatoriamente, estar inscrito em uma das centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos - CNDOS e se sujeitará ao critério de fila única de espera e de seleção.

c) Cirurgia plástica reconstrutiva de mama

Utilizando-se todos os meios e técnicas necessárias para o tratamento de mutilação decorrente de utilização de técnica de tratamento de câncer conforme determina o art. 10-A da Lei n. 9.656/98.

d) Cobertura de internamento psiquiátrico

Garante tratamento sob regime de internamento hospitalar de todos os transtornos psiquiátricos codificados na classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde 10ª revisão (CID - 10) sendo cobertos:

- a.1. o custo integral até 30 dias de internação, por ano de contrato, em hospital psiquiátrico ou em unidade de enfermaria psiquiátrica em hospital geral, para portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise;
- a.2. o custo integral até 15 dias de internação, por ano de contrato, em hospital geral, para pacientes portadores de quadros de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização;
- a.3. se os períodos de internação psiquiátrica acima descritos (15 e 30 dias) forem excedidos, a Contratante pagará a Operadora, a título de coparticipação, o percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre os totais das despesas de internação do período em excesso;
- a.4. a cobertura em hospital-dia para os diagnósticos F00 a F09, F20 a F29, F70 a F79 e F90 a F98, relacionados no CID-10, deverá ser estendida a 180 (cento e oitenta) dias por ano. Cobertura para pacientes portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise com direito a 30 (trinta) dias de internação, por ano de contrato não cumulativos, em hospital psiquiátrico ou em unidade ou enfermaria psiquiátrica em hospital geral. Além desta cobertura, o usuário poderá dispor de 8 (oito) semanas anuais de tratamento em regime de hospital-dia.

7 SEGMENTAÇÃO OBSTÉTRICA

7.1 Compreende toda a cobertura prevista na segmentação ambulatorial e hospitalar, dos procedimentos relativos ao pré-natal, acrescida ainda da assistência às despesas médico-hospitalares efetuadas com internamentos motivados por gravidez e suas consequências, tais como: parto, cesariana, aborto involuntário, prenhez ectópica, bem como a curetagem uterina motivada por interrupção voluntária da gravidez quando assim determinada pelo médico responsável para evitar risco de vida da parturiente.

- a) Serão cobertas as despesas com assistência à saúde ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do usuário, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto.

8 DO REEMBOLSO:

8.1. Nas localidades onde a contratada eventualmente não tiver rede própria e/ou credenciada de atendimento, o reembolso será feito ao titular do plano, respeitando-se os honorários de cada localidade, mediante apresentação de nota fiscal (com carimbo comprovando o pagamento), recibos de honorários e laudos de procedimentos (se for o caso), todos originais

8.2. O pagamento do reembolso será efetuado de acordo com os valores da tabela da contratada, vigente à data do evento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da apresentação dos documentos, em via original, abaixo elencados, que posteriormente serão devolvidos em caso de reembolso parcial, podendo o prazo ser estendido de acordo com a complexidade do procedimento

8.3. Quando o valor efetivamente pago pelo Titular for maior do constante na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos da Associação Brasileira (CBHPM), prevalecerá, para fins de reembolso, o valor mínimo constante na CBHPM;

8.4. O reembolso dos usuários do Plano de Saúde será fiscalizado pela Gerência Financeira do Contratante, a quem deve a Contratada comprovar no prazo de 30 (trinta) dias o pagamento ao Titular.

ANEXO II

QUADRO DE BENEFICIÁRIOS CRESS 12ª REGIÃO

TITULAR	DEPENDENTE(S) / AGREGADOS	NASCIMENTO	IDADE
Bruna Helena R. B. Schaufert	1	05/03/1988	35 anos
	Lorena B. Schaufert	22/04/2021	1 ano
Cassiano Ferraz	-	14/11/1980	42 anos
Clevertton C. Maciel	-	10/09/1977	45 anos
Daniel Colombo	-	15/10/1978	44 anos
Flavia de Brito Souza	-	26/08/1985	37 anos
Francis L. A. Hoffmann	-	23/10/1988	34 anos
Kátia Regina Madeira	-	16/10/1964	58 anos
Leticia T. Fagundes	-	22/10/1996	26 anos
Maiara P. de Souza Arten	3	29/06/1987	35 anos
	Fernando Lila - Esposo	08/04/1985	37 anos
	Pedro Arten Lila - Filho	03/02/2015	8 anos
	Heitor Arten Lila - Filho	10/01/2017	6 anos
Marília A. Ponciano	-	21/11/1994	28 anos
Thamiry S. da Rocha	-	28/09/1992	30 anos
Thiago F. Rodrigues	-	03/12/1991	31 anos
Wanderson W. Buttelbrun	-	15/04/1991	31 anos

ANEXO III

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2022

Aos 5 de abril de 2023, nesta cidade de Florianópolis-SC, compareceram **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO**, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma de autarquia fiscalizadora, estabelecida à Rua dos Ilhéus, nº 38, Ed. Aplub, Sala 1005, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.010-560, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.557.099/0001-99, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Conselheira Presidente, Sra. Cheyenne Vieira Marques, inscrita no CPF/Mf sob o nº 044.082.569-51; e de outro a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXX, nº XXX, Bairro XXXX, XXX/XXXX, CEP XXXXX-XXX, doravante denominada **CONTRATADA**, por meio de seu Representante Legal, o Sr(a). XXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX-XX, residente e domiciliado à XXXXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXX, XXXX/XXX, para celebrar o presente instrumento, oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023. - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2022 nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto 10.024/2019, DA Lei 9.656/1998, da Lei Complementar nº 123/2006, e, no que couber, à Lei nº 8.666/1993, e das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O presente Contrato tem por objeto proporcionar aos servidores do Contratante, seus dependentes e agregados conforme adiante definidos, a possibilidade de ingresso em Plano de Saúde administrado pela Contratada que contemple o atendimento médico hospitalar, do tipo “ambulatorial e apartamento”, incluindo serviços de obstetrícia e ambulatoriais, de âmbito estadual, com atendimento por meio de rede própria e/ou credenciada de médicos, clínicas, laboratórios, hospitais e outros estabelecimentos especializados, sem carência e sem a cobrança de coparticipação.

§ 1º. A cobertura do Plano de Saúde ora contratado deverá incluir o reembolso, segundo a Tabela de Referência da Contratada, vigente à época, onde não houver rede própria ou credenciada de atendimento.

§ 2º. O objeto contratado deverá atender todas as especificações contidas no Anexo I, parte integrante do presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS BENEFICIÁRIOS

2.1. São beneficiários do Plano de Saúde contratado, os Titulares e seus Dependentes e/ou Agregados.

2.2. São beneficiários na qualidade de Titulares, os funcionários ativos do Conselho Contratante.

2.3. São beneficiários na qualidade de Dependentes, os filhos dos beneficiários Titulares, até os 18 (dezoito) anos de idade.

2.4. São beneficiários Agregados, aqueles cuja inclusão no Plano de Saúde seja requerida e custeada pelo beneficiário Titular, mediante desconto no seu salário dos valores correspondentes, desde que comprovadamente mantenha com o Titular uma das seguintes relações:

- a) cônjuge ou companheiro(a) em união estável;
- b) os filhos, enteados, sob a guarda ou tutela do Titular, maior de 18 (dezoito) anos e menor de 21 (vinte e um) anos e os incapacitados para o trabalho, inválidos ou interditados por alienação mental, sem limite de idade, devidamente comprovado por junta médica oficial, enquanto durar a invalidez;
- c) os filhos, enteados, sob guarda, tutela do Titular, entre 21 (vinte e um) anos e 24 (vinte e quatro) anos, dependentes economicamente do Titular e estudantes de curso superior regular reconhecido pelo Ministério da Educação;
- d) o pai ou padrasto, a mãe ou madrastra, dependentes economicamente do servidor Titular, conforme sua declaração e que constem no assentamento funcional.

2.5. A dependência econômica das pessoas relacionadas no item 2.4. em relação ao Beneficiário Titular será comprovada por meio de declaração expressa dessa situação, assinada pelo Beneficiário Titular que se responsabilizará pelo fato, sob as penas da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO OFERECIDO E DAS COBERTURAS GARANTIDAS

3.1. No que se refere as características do(s) plano(s) oferecidos e das coberturas garantidas, deverão ser observadas as disposições do Anexo I – Termo de Referência que acompanha o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 02/2023 – Processo Administrativo nº 12/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DO REEMBOLSO

4.1. Será assegurado o reembolso dos valores decorrentes de atendimentos prestados em território nacional, ao Beneficiário do Plano quando não for possível a utilização dos serviços na rede própria, contratada ou credenciada pela ora Contratada, de acordo com o contido nas tabelas praticadas pelo Plano, sempre que:

- a) o serviço for realizado em localidade diversa da área de abrangência geográfica do Plano, se nesta não houver profissional da rede de serviço habilitado para prestar o atendimento;
- b) se configurar urgência/emergência devidamente justificada em relatório pelo profissional que executou o procedimento;
- c) houver paralisação do atendimento pela rede de serviços ou interrupção do atendimento em determinadas especialidades.

4.2. O reembolso dos procedimentos eletivos realizados fora da área de abrangência do Plano será efetuado, de acordo com os valores estabelecidos nas tabelas praticadas pelo Plano.

4.3. O pagamento do reembolso será efetuado de acordo com os valores da tabela da contratada, vigente à data do evento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da apresentação dos documentos, em via original, abaixo elencados, que posteriormente serão devolvidos em caso de reembolso parcial, podendo o prazo ser estendido de acordo com a complexidade do procedimento:

- a) conta discriminativa das despesas, incluindo relação com materiais, medicamentos, exames efetuados, com preços por unidade, juntamente com as

- b) faturas ou notas fiscais do hospital e de fornecedores de órteses, próteses e _____materiais especiais;
- c) recibos de pagamento dos honorários médicos;
- d) relatório do profissional responsável, justificando o tratamento e o tempo de permanência do Beneficiário no hospital; e,
- e) laudo anatomopatológico da lesão, quando for o caso.

4.4. Para fins de reembolso, o servidor deverá apresentar a documentação adequada no prazo máximo de doze meses, contados da data do evento, sob pena de perder o direito ao reembolso.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PROCEDIMENTOS DE REGULAÇÃO

5.1. A Contratada poderá exigir autorização para a realização de alguns procedimentos, informando a respectiva listagem ao Contratante e os Beneficiários desde o início da contratação.

5.2. A avaliação da autorização prévia dos procedimentos que a exigem deverá ocorrer no prazo máximo de um dia útil a partir do momento da solicitação, e em prazo inferior quando caracterizada a urgência ou emergência, sendo facultado à Contratada a solicitação de laudos e documentos equivalentes que justifiquem o procedimento.

5.3. Em caso de divergência médica a respeito da autorização prévia, para dirimir o conflito, será instaurada junta médica no prazo máximo de quarenta e oito horas contadas da formalização do processo. A junta médica será constituída por três membros, sendo o representante do procedimento ou membro nomeado pelo Beneficiário, um médico da Contratada e terceiro membro escolhido consensualmente pelos dois demais profissionais. A remuneração ficará a cargo da Contratada, exceto quando o profissional eleito pelo beneficiário não pertencer à rede da operadora, caso em que seus honorários ficarão sob sua responsabilidade.

5.4. É facultada a substituição da entidade hospitalar, pela Contratada, desde que obedecidos os trâmites legais existentes e por outro equivalente, e mediante comunicação aos Beneficiários e à ANS, com 30 (trinta) dias de antecedência, ressalvados desse prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias em vigor.

5.5. Na hipótese de ocorrer a substituição de entidade hospitalar por vontade da Contratada durante o período de internação de Beneficiário, ser-lhe-á garantido o 10 pagamento das despesas relacionadas com a internação até a alta hospitalar, _____estabelecida pelo médico assistente, exceto nos casos de infração às normas sanitárias, quando a Contratada providenciará, às suas expensas, a transferência imediata para outro estabelecimento equivalente, garantido a continuação da assistência. No caso de redimensionamento de rede hospitalar, é necessária a autorização prévia da ANS.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO.

6.1. O Contratante repassará à Contratada, até o 15º dia subsequente à competência a que se refere, os valores relativos às inscrições e mensalidades dos Beneficiários (Titulares, Dependentes e Agregados), conforme relação de Beneficiários, documento integrante do presente Contrato, e de acordo com os valores relacionados na Proposta de Contratação.

6.2. O repasse dos recursos será efetuado por meio de crédito bancário, à vista da apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is), emitida com o mesmo CNPJ e Razão Social apresentados para a habilitação e proposta, e do detalhamento dos serviços utilizados

pelos Beneficiários, com indicação do prestador, do custo total e do percentual de participação nas despesas, desde que comprovada a regularidade de sua situação fiscal.

6.3. As despesas administrativas necessárias para a consecução dos objetivos propostos no presente Contrato correrão por conta do Fundo de Administração da Contratada composto por até 15% (quinze por cento) das receitas de contribuição mensal previstas neste Instrumento.

6.4. A Contratada deverá fornecer extrato mensal de serviços, destinado a identificar a utilização e a respectiva participação nos custos dos usuários. Em caso de dúvidas quanto às informações do extrato de serviços prestados, o Contratante poderá solicitar à Contratada os esclarecimentos necessários.

6.5. Ocorrendo impontualidade no pagamento das contribuições pelo Contratante, serão acrescidos aos valores devidos, juros de mora no importe de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito atualizado.

6.6. O não pagamento das contribuições devidas pelo Contratante por dois meses consecutivos restringirá o Plano de Saúde às situações de urgência e emergência, na forma da legislação em vigor, sem prejuízo no disposto na legislação aplicável.

6.7. A Contratada fica ciente que, por ocasião dos pagamentos mensais, poderão _____ ocorrer retenções nos termos e situações previstas na Instrução Normativa SRF n. 480/2004 e suas alterações.

6.8. A não entrega da Nota Fiscal e Fatura Mensal correspondente aos serviços do período autoriza o Contratante, segundo seu juízo discricionário, a não efetivar qualquer pagamento, até que os referidos documentos sejam apresentados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS REAJUSTES DOS VALORES

7.1. Os valores das contribuições pecuniárias definidas na Proposta de Contratação serão reajustados a cada 12 (doze) meses, conforme o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou outro que o substitua, em conjunto com o Índice de Reajuste por Sinistralidade, apurado no período.

7.2. O índice de Sinistralidade será avaliado comparando-se a sinistralidade real apurada, com a definida como padrão ideal para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

7.3. O percentual de reajuste aplicado às contraprestações pecuniárias será comunicado à Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - FONTE DE CUSTEIO

8.1 A verba para custeio dos valores vinculados ao presente Contrato está prevista dotação orçamentária 6.2.2.1.1.01.04.01.003.

CLÁUSULA OITAVA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. Além do Extrato dos Serviços Prestados apresentado mensalmente, a Contratada apresentará ao Contratante, semestralmente, quadro demonstrativo onde figure, detalhadamente, a receita arrecadada e as despesas verificadas com os Beneficiários do Plano de Saúde, em conformidade com as normas estabelecidas.

9.2. A prestação de contas final deverá ser apresentada ao Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do término deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CARÊNCIAS

10.1. Considerando a pré-existência de plano de saúde dos beneficiários, não serão exigidas carências, exceto aos novos beneficiários (recém-admitidos, recém-casados, recém-nascidos, etc), para os quais a carência será reduzida e ocorrerá da seguinte maneira:

Carências	Urgências e Emergências	Consultas e Exames (Análises Clínicas)	Internações Clínicas, Cirurgias e Exames Especiais	Parto a Termo	Doenças PréExistentes
Reduzidas	24 horas após a inscrição	10 (dez) dias após o início da inscrição	30 (trinta) dias após o início da inscrição (*)	300 (trezentos) dias após o início da inscrição	24 (vinte e quatro) meses.

(*) Exceto para os eventos a seguir, que continuam com 180 (cento e oitenta) dias de carência: cirurgia cardíaca, neurológica, vascular e cirurgia refrativa (conforme legislação); diálise, doenças infecto contagiosas; oncologia, oxigenoterapia hiperbárica; próteses e órteses ligadas ao ato cirúrgico coberto; internação psiquiátrica; psicoterapia de crise; transplantes de rins e córneas.

10.2. Não será exigida qualquer forma de carência se a inscrição do Beneficiário ocorrer dentro de 30 (trinta) dias da data de início de vigência deste Contrato.

10.3. É isento de carência o novo servidor, ocupante de cargo efetivo, e seus dependentes, se a adesão ao Plano ocorrer dentro de 30 (trinta) dias da posse.

10.4. O filho natural ou adotivo do servidor está isento do cumprimento dos períodos de carência já cumpridos pelo servidor, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a realização do parto ou da adoção.

10.5. É facultado ao Contratante utilizar o primeiro ano de contrato para efetuar a migração gradativa dos contratos de Planos de Saúde já existentes a fim de garantir a migração de Plano sem exigência de caso de carência para todos os atendimentos, EXCETO se a Contratada concordar em abolir expressamente os prazos de carência de todos os servidores e seus dependentes que, na data da publicação do Edital de Licitação para o objeto ora contratado já possuam Plano de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. São obrigações da Contratada:

- Viabilizar aos Beneficiários, por meio de sua rede de prestadores de ____ serviços, os programas de assistência ambulatorial, hospitalar, fisioterápica e psicológica previstos no Plano de Saúde a que estejam vinculados;
- Oferecer e disponibilizar atendimento de urgência e emergência em todo o território nacional, independentemente da área de abrangência da Contratada ao qual está vinculado o Beneficiário (Plano Estadual);
- Administrar o comando das inclusões, exclusões e reinclusões das contribuições mensais referentes aos serviços utilizados pelos Beneficiários;
- Fornecer o Cartão de Identidade aos Beneficiários do Plano;
- Manter sistema informatizado de controle de arrecadação e gastos;

- f) Disponibilizar aos Beneficiários a relação de prestadores de serviços da área geográfica de abrangência do Plano de Saúde a que estejam vinculados;
- g) Fornecer ao Contratante, periodicamente, a relação da rede de prestadores de serviços e as demais informações pertinentes;
- h) Informar, periodicamente, o detalhamento dos serviços utilizados pelos Beneficiários, com indicação do prestador, do custo total;
- i) Disponibilizar, trimestralmente, ao Beneficiário, extrato demonstrativo detalhado dos procedimentos utilizados pelos Beneficiários, com a indicação do prestador do serviço e data de sua realização;
- j) Designar uma pessoa responsável pelo relacionamento com o Contratante.

11.2. A Contratada reserva-se o direito de alterar a rede de prestadores de serviços, obedecidos os trâmites legais existentes, principalmente no que se refere à mudança de entidade hospitalar, conforme art. 17 da Lei n. 9.656/98.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO

12.1 O termo inicial do presente contrato é o dia XX/XX/XXXX. Seu termo final é o dia XX/XX/XXXX, podendo ser renovado uma única vez por igual período, nos termos da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CONTROLE, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. A fiscalização será exercida no interesse do CRESS-SC e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do CRESS-SC ou de seus agentes e prepostos.

13.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal designado deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

13.3. A CONTRATADA deverá indicar um preposto para representá-la junto ao fiscal do contrato.

13.4. O representante da CONTRATADA deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto em lei.

13.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato, no Edital de origem e seus anexos, bem como aquelas previstas em lei, podendo culminar em rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1 O contrato poderá ser rescindido antecipadamente por qualquer um dos contratantes, ou não ser renovado, pelos motivos abaixo indicados:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato, especialmente no que se refere ao não cumprimento das atividades assinaladas ou, ainda, a inépcia e/ou desídia no cumprimento do dever, sem prejuízo de outras causas;
- b) A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- c) A subcontratação, caracterizada pela contratação de pessoas físicas e jurídicas, fora das hipóteses de substabelecimento indicadas;
- d) O cometimento reiterado de faltas na execução do serviço;
- e) A dissolução, cisão ou incorporação da pessoa jurídica contratada.

- f) A modificação da previsão orçamentária da CONTRATANTE, que o leve à diminuição do valor a ser pago à assessoria, caso a redução não seja aceita pela CONTRATADA.
- g) Pela contratação da CONTRATADA em outro empregador ou contratante público que exija exclusividade;
- h) Por comum acordo entre as partes;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO COMPETENTE

As partes contratadas elegem o foro federal de Florianópolis-SC, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Florianópolis-SC, 5 de abril de 2023.

**CONSELHO REGIONAL DE
SERVIÇO SOCIAL 12ª REGIÃO**

FORNECEDORA

IV – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

1. DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.1 De forma a demonstrar a prova de Qualificação Técnica, a proponente deverá apresentar atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da pessoa jurídica licitante, **comprovando a prestação de serviços, pertinente e compatível com o objeto licitado.**

- a) O(s) atestado(s) deverá (ão) conter: identificação da pessoa jurídica emitente; nome e cargo do signatário; endereço completo do emitente; período de vigência do contrato; objeto contratual; outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas pela CRESS-SC.
- b) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão estar em nome e com CNPJ da matriz e/ou das filiais da Proponente.

1.2 Declaração de que a empresa licitante se compromete em disponibilizar a todos os beneficiários da rede credenciada de atendimento, ao plano ao qual o trabalhador tenha aderido, para prestar os serviços assistenciais descritos neste instrumento.

1.3 Declaração de ser possuidor de representação no Estado de Santa Catarina, dotada de infraestrutura técnica e operacional adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para apresentação dos serviços.

- a) Caso a licitante não possua instalações em Santa Catarina/SC, deverá se comprometer formalmente a providenciar instalação no prazo de até de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato.

2. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.1 De forma a demonstrar a prova de Habilitação Jurídica, a arrematante deverá apresentar Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;

2.2 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

2.3 – Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da Sede da Licitante.

3. DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL:

3.1 A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

- a) Prova de inscrição no CNPJ;
- b) Prova de regularidade com a Receita Federal do Brasil e o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- d) Prova da regularidade com a Fazenda Pública do Estado, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa relativa aos Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
- e) Prova da regularidade com a Fazenda Pública do Município, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa relativa aos Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal;

- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

3.2 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério do CRESS-SC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não regularização da documentação no prazo previsto no item acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao CRESS-SC convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato ou revogar a licitação.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida há pelo menos 90 (noventa) dias, a contar da data prevista para abertura das propostas.

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**Proponente:****CNPJ:****Endereço:****Tel.:****E-mail:**

Apresentamos abaixo nossa proposta comercial para fins de fornecimento dos serviços de operacionalização de planos de saúde empresarial, para prestação de serviço de assistência médica com cobertura no Estado de Santa Catarina, destinado a atender os trabalhadores pertencentes ao CRESS 12ª Região, com a possibilidade de inclusão de seus dependentes devidamente especificados no Anexo II deste Edital, e/ou a critério do respectivo titular, englobando assistência médica, ambulatorial e hospitalar, serviços de obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares, sem cobrança de valores de coparticipação e sem carência, com atendimento por meio de rede própria e/ou credenciada de médicos, clínicas, laboratórios, hospitais e outros estabelecimentos especializados, nos moldes das demais especificações previstas neste Edital, no Termo de Referências e demais anexos que o acompanham, nos termos da Lei n. 9.656/98.

VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ (...), já incluídas todas as despesas necessárias a adequada realização dos serviços, incluindo-se as de mão de obra, fretes, impostos e taxas de qualquer espécie, tributos em geral e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre a execução destes serviços, ficando, desde já, registrado o compromisso desta licitante de observar os valores unitários estabelecidos para cada faixa etária, conforme quadro complementar abaixo:

Item	Especificação	Valor Unitário
01	0 a 18 anos	R\$
	19 a 23 anos	R\$
	24 a 28 anos	R\$
	29 a 33 anos	R\$
	34 a 38 anos	R\$
	39 a 43 anos	R\$
	44 a 48 anos	R\$
	49 a 53 anos	R\$
	54 a 58 anos	R\$
	59 anos ou mais	R\$

Florianópolis-SC, xx de xxxx de 2023.



Proponente

Signatário(a)

Cargo

CPF

ANEXO VI – CRONOGRAMA

Etapa	Data	Ato
I	06/04/2023	Publicação do edital e dos anexos
II	06/04/2023	Início do acolhimento das propostas
III	17/04/2023	Prazo final para impugnação ao edital do pregão eletrônico e para pedidos de esclarecimentos
IV	20/04/2023	Prazo limite para envio das propostas comerciais
V	20/04/2023	Abertura da Sessão de Julgamento das Propostas e início da sessão da disputa de preços
VI	28/04/2023	Fim do prazo para apresentação de recursos contra a declaração da proposta vencedora
VII	04/05/2023	Decisão de recurso (se houver) e adjudicação do vencedor
VIII	04/05/2023	Homologação do certame
IX	09/05/2023	Prazo final para assinatura do contrato